

Desruralização escolar: um estudo sobre o fechamento de escolas do campo em um município do Estado do Rio de Janeiro

Vanessa Lima Sanches¹, Marcia Lisbôa Costa de Oliveira²

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Faculdade de Formação de Professores. Rua Francisco Portela, 1470, Patronato. São Gonçalo - RJ, Brasil. ²Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Autor para correspondência/Author for correspondence: nessa.sanches@hotmail.com

RESUMO. O artigo apresenta um estudo sobre a desativação e a extinção de escolas do campo situadas no Município de Cachoeiras de Macacu (região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro), enfocando também o impacto do projeto de construção da barragem do Rio Guapiaçu nesse processo. Os dados analisados demonstram que na região rural de Cachoeiras de Macacu, entre 1983 e 2016, foram desativadas ou extintas 35 escolas, dentre as quais 8 estaduais e 27 municipais ou municipalizadas. Partindo da discussão sobre a mudança do perfil populacional e a perimetropolização do município, analisamos o contexto em que se processa a *desruralização escolar*. Constatamos que o transporte dos estudantes para áreas urbanas configura uma estratégia administrativa de “otimização” escolar e que o projeto da barragem do Rio Guapiaçu acentuou essa orientação na região da Serra Queimada. Considerando que “a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade” (Brasil, 2012), entendemos que o fechamento de escolas do campo assinala a invisibilização das populações camponesas, cujos saberes e modos de vida são tomados como inexistentes. Dessa forma, elas são radicalmente excluídas da sociedade civil (Santos, 2007).

Palavras-chave: Educação do Campo, Fechamento de Escolas, Transporte Escolar, Relações Campo-Cidade, Barragem.

School desruralization: a study on the closure of rural schools in a municipality of the State of Rio de Janeiro

ABSTRACT. This paper presents a study about the deactivation and the extinction of rural schools located in the municipality of Cachoeiras de Macacu (Rio de Janeiro State Metropolitan Region), focusing on the impact of the construction of the Guapiaçu River dam in this process. The data analyzed show that in the rural region of Cachoeiras de Macacu, between 1983 and 2016, 35 schools were deactivated or extinguished, of which 8 were administered by the state and 27 by the municipality. Starting from the discussion of the changing of the population profile and the perimetropolization of the municipality, we analyze the *school desruralization* process. We noticed that the transportation of students to urban areas constitutes an administrative strategy for school “optimization” and that the Guapiaçu River dam project accentuated this orientation in the Serra Queimada region. Considering that "the identity of the rural school is defined by its connection with the issues inherent to its reality" (Brazil, 2012), we understand that the closure of rural schools indicates the invisibility of peasant populations, whose knowledge and way of life are taken as nonexistent. In this way, they are radically excluded from civil society (Santos, 2007).

Keywords: Rural Education, Closing of Schools, School Bus, Field-City Relations, Dam.

Desruralización escolar: un estudio sobre el cierre de escuelas del campo en un municipio del Estado de Río de Janeiro

RESUMEN. El artículo presenta un estudio de caso sobre la desactivación y la extinción de escuelas del campo situadas en el Municipio de Cachoeiras de Macacu (región metropolitana del Estado de Río de Janeiro), enfocando el impacto del proyecto de construcción de la represa del Río Guapiaçu en ese proceso. Los datos analizados demuestran que en la región rural de Cachoeiras de Macacu, entre 1983 y 2016, fueron desactivadas o extintas 35 escuelas, de las cuales 8 eran administradas por el estado y 27 por el municipio. Partiendo de la discusión sobre el cambio del perfil poblacional y la perimetropolización del municipio, analizamos el proceso de *desruralización escolar*. Constatamos que el transporte de los estudiantes para la ciudad configura una estrategia de “optimización” escolar y que el proyecto de la represa del Río Guapiaçu acentuó esa orientación en la Serra Queimada. Considerando que "La identidad de la escuela del campo es definida por su vinculación a las cuestiones inherentes a su realidad" (Brasil, 2012), entendemos que su cierre señala la invisibilización de las poblaciones campesinas, cuyos saberes y modos de vida se toman como inexistentes. De esta forma, son radicalmente excluidas de la sociedad civil (Santos, 2007).

Palabras clave: Educación del Campo, Cierre de Escuelas, Transporte Escolar, Relaciones Campo-Ciudad, Represa.

Introdução

Escola rural
As carteiras são feitas para anõezinhos
De pé no chão
Há uma pedra negra
Com sílabas escritas a giz
A professora está de licença
E monta guarda a um canto numa vara
A bandeira alvi-negra de São Paulo
Enrolada no Brasil.
Oswald de Andrade.
(1971, p. 99).

O poema de Oswald de Andrade que escolhemos como epígrafe representa a escola do campo como um espaço alheio à modernidade e improdutivo. Os “anõezinhos de pé no chão”, crianças campesinas, e a professora ausente, estão enquadrados num cenário estático, vigiado pela bandeira do Estado, que se sobrepõe ao estandarte nacional. Nesse quadro, as tensões entre rural e urbano, modernidade e atraso, formam um pano de fundo que dá bem a medida do modo como as escolas rurais/escolas do campo eram vistas pela população urbana nas primeiras décadas do século XX.

As permanências contemporâneas dessa representação podem explicar, em parte, o processo que analisaremos nesse artigo, no qual investigamos o progressivo processo de fechamento das escolas do campo situadas no Município de Cachoeiras de Macacu, pertencente à

região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Identificamos que no município analisado está em curso um processo paulatino que denominamos de *desruralização escolar*, em que o principal argumento utilizado no fechamento de escolas é a redução da população escolar na região considerada rural, fenômeno decorrente, entre outros fatores, da transformação do espaço rural em zona periurbana no município.

Concebemos o termo *desruralização escolar* como o movimento de reorganização da rede escolar pela desativação e pela extinção de escolas do campo, com conseqüente transferência dos estudantes para escolas polo ou urbanas. Nesse processo, observamos que o transporte escolar funciona como instrumento de “otimização” da oferta de vagas, que são concentradas em escolas mais centrais, nas quais a demanda constante de alunos concorre para a redução dos custos operacionais.

Baseamos a expressão no conceito desenvolvido pelo geógrafo português Álvaro Domingues (2011, n. p.), para o qual:

A desruralização assinala a desconstrução dupla da ruralidade: da agricultura enquanto economia e da cultura camponesa tradicional enquanto cultura. Perdida a centralidade das duas, a metamorfose

da paisagem assinalará a transformação da produção agrícola (transformação em resíduo ou intensificação tecnológica) ou o seu desaparecimento. Quando a economia não é agrícola e a cultura não é camponesa, “rural” é uma palavra sem sentido, porque habitada pelos vários sentidos que perdeu.

Alentejano (1999, p. 50), aborda o conceito por outro viés e afirma, com relação ao Estado do Rio de Janeiro, que “O processo de desruralização, entendido como esvaziamento econômico e demográfico e perda de peso político e cultural, foi tão intenso no estado que entre 1940 e 2000, a população rural decresceu de 1.400.000 pessoas (38,8% do total em 1950) para 570.000 pessoas (4% do total em 1996).”

Em termos metodológicos, na fase inicial do estudo realizamos uma revisão da bibliografia e da legislação sobre escolas do campo no Brasil, bem como sobre as questões culturais e identitárias que perpassam a concepção de educação do/no campo e a dinâmica das relações rural-urbano no entorno de metrópoles, para entendermos o macrocontexto da pesquisa.

Os procedimentos de geração de dados incluíram a consulta a documentos e mapas municipais, o levantamento e a análise de dados censitários, com vistas à verificação quantitativa do processo acima apontado. Realizamos também a

observação participante no contexto local, interagindo com os sujeitos afetados pelo processo de *desruralização escolar*, que tentamos compreender.

Os dados analisados demonstram que num período de trinta e três anos, entre 1986 e 2016, ocorreu o fechamento de trinta e cinco escolas públicas na região rural de Cachoeiras de Macacu e que o projeto da futura barragem levará à extinção de cinco escolas, duas das quais já foram desativadas. Constatamos que no município estudado há uma tendência à substituição das escolas do campo pelo transporte escolar, que conduz os estudantes para escolas polo, muitas das quais situadas em espaço urbano. Essa tendência foi acentuada na região da Serra Queimada pelo projeto de barragem do Rio Guapiaçu.

Em Cachoeiras de Macacu, a desativação de uma unidade escolar costuma preceder sua extinção definitiva, que ocorre, em média, após dez anos de fechamento. Quando uma escola é desativada, os documentos institucionais e o “arquivo morto” são transferidos para a Secretaria Municipal de Educação, sob os cuidados da inspeção escolar, enquanto os documentos referentes aos estudantes ativos passam a ficar arquivados na secretaria da escola que os recebe. Feitas as matrículas na escola de destino, deveria

ser criada uma nova rota para o transporte escolar, porém há problemas nesse processo, como discutiremos mais adiante.

Apresentaremos um panorama das escolas desativadas e extintas no município, buscando refletir sobre a *desruralização* da rede escolar de Cachoeiras de Macacu e seus reflexos na escolarização da população campestre. Focalizaremos em nossa análise os seguintes fatores: a mudança do perfil populacional do município; o impacto da barragem do Rio Guapiaçu na área a ser alagada e o (des)investimento nas escolas do campo no município, associando-os ao processo gradual e contínuo de desativação e extinção de escolas e discutindo o papel assumido pelo transporte escolar nesse movimento. Refletiremos, nas considerações finais, sobre o modo como o fechamento de escolas do campo assinala a invisibilização das populações campestres e a desvalorização de seus saberes e modos de vida.

Mudança populacional, perimetropolização e construção de uma barragem em Cachoeiras de Macacu: impactos na *desruralização* escolar

Os sentidos contemporâneos da Educação do Campo apresentam vários avanços em relação às concepções que se construíram historicamente nessa área. Dessa forma, conforme o parecer do

Conselho Nacional de Educação acerca das *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*, emitido pela relatora Edla de Araújo Lira Soares, a concepção amplia-se, ultrapassando definições territoriais:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caíçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (Parecer CNE nº 36/2001 In Brasil, 2012, p. 7-8).

Reconhecemos que as fronteiras entre rural e urbano são cada vez mais fluidas, sendo difícil estabelecer limites rígidos entre esses espaços, que se organizam num *continuum* marcado por tensões e complementaridades, no entanto, consideramos importante analisar alguns dados que nos permitem dimensionar a ocupação territorial do município de Cachoeiras de Macacu, para entender as transformações em andamento no que respeita à distribuição da população e à ocupação econômica do território.

Para a análise das mudanças ocorridas, tomaremos por base a Tabela 1, que apresenta a distribuição quantitativa e

a mudança do perfil da população do município ao longo de sessenta anos, sistematizando dados do IBGE.

Tabela 1 - Evolução da população de Cachoeiras de Macacu – RJ, 1950 – 2010.

Ano	População Urbana		População Rural		População Total		Variação da População			
	total	%	total	%	total	%	Urbana		Rural	
							%	n.	%	n.
1950	3.451	21,8	12.731	78,2	16,272	100	-	-	-	-
1960	7.736	28,6	19.328	71,4	27,064	100	124,2	4285	51,8	6597
1970	10.402	30,8	23.391	69,2	33,793	100	34,5	2666	21	4063
1980	19.099	53,2	16.772	46,8	35,871	100	83,6	8697	- 39,5	- 6619
1991	32.036	79,7	8.172	20,3	40.208	100	67,7	12937	- 105,2	- 8600
2000	41.117	84,7	7.426	15,3	48.543	100	28,3	9081	- 10	- 746
2010	46.944	86,5	7.329	13,5	54.273	100	14,8	5827	- 1,3	- 97

Fonte: Reproduzida de Machado (2013, p. 49).

No período registrado na Tabela 1, podem ser observados os movimentos simultâneos de crescimento da população urbana e redução da população rural, tanto em termos absolutos quanto em termos percentuais. Assim, constata-se que o município, o qual experimentou grande crescimento rural em meados do século passado, perdeu progressivamente essa característica.

A ruralização do município na metade do século XX se explica, em parte, pelo fato de na região do município de Cachoeiras de Macacu ter sido realizada uma reforma agrária, que implantou o núcleo colonial de Papucaia, em 30/12/1951 (INCRA, 2017).

A criação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) em Papucaia se deu no bojo dos investimentos feitos no governo

de Getúlio Vargas, que construiu grandes estradas e projetos agropecuários com recursos financeiros e incentivos fiscais para a ocupação dos espaços livres e não produtivos, gerando a procura por terras não tituladas em âmbito nacional. Isso causou uma modificação da distribuição da população, que começou a ocupar as áreas geográficas mais afastadas do centro urbano, consideradas rurais (Pessoa, 2006).

Analisando a Tabela 1, observa-se que, entre as décadas de 50 e 70 do século XX, o município caracterizava-se por um perfil rural, já que o percentual da população residente no campo ao longo desses decênios oscilou entre 78,2%, em 1950, e 69,2%, em 1970 (Cf. Tabela 1, linhas 3 a 5, população rural total). Nesse período, embora seja perceptível a diminuição do intervalo percentual entre as

populações rural e urbana, havia nítida predominância da primeira e “o índice de urbanização do município era inferior à média regional”. (Machado, 2013, p. 48).

A oferta de empregos no campo, gerada pela expansão da agricultura foi um fator importante no aumento da população rural, já que, com a melhoria dos acessos rodoviários, o município passou a participar mais facilmente do abastecimento do mercado urbano da cidade do Rio de Janeiro, localizada há pouco mais de cem quilômetros, e dos municípios vizinhos (Machado, 2013).

Na década de 1980, porém, observando-se a mesma Tabela, já se constata o equilíbrio entre os dois grupos populacionais, com discreta maioria da população urbana, que cresceu muito e de forma constante, enquanto a população rural apresenta decréscimo de quase quarenta por cento no período (Cf. Tabela 1, linha 7, variação da população rural).

É importante notar que “nos anos 80 ocorreu o assentamento de centenas de famílias na região”. (Machado, 2013, p. 51). Nesse contexto, foram implantadas

escolas rurais de ensino fundamental, as quais atendiam às séries iniciais, do primeiro ao quinto ano escolar.

Na década seguinte, no entanto, ocorreu um movimento inverso. A redução do quantitativo de alunos nas escolas rurais, decorrente da forte redução populacional no campo, iniciou-se em meados de 1990. Nesse período, a análise dos dados apresentados na Tabela 1 demonstra que a população urbana aumentou em 21.634 habitantes, enquanto a população rural diminuiu em 15.219 pessoas (Cf. Tabela1, linhas 6 e 7, população urbana total e população rural total).

Julgamos importante destacar que, mesmo com essa redução da população campesina, o município ainda é um importante produtor agrícola e a produção de base familiar instalada na região inclui frutas, legumes, verduras, tubérculos e pequenos animais. Destacamos que ainda resistem em Cachoeiras de Macacu dois assentamentos rurais, cujas características apresentamos na Tabela 2:

Tabela 2 - Assentamentos rurais no Município de Cachoeiras de Macacu – RJ em 2017.

Nome	Capacidade	Famílias assentadas	Área	Data de criação
PA São José da Boa Morte	428	385	3903,03	26/01/1982
PIC Papucaia	894	15	18531,83	30/12/1951

Fonte: INCRA (2017).

Estudos recentes apontam para a *perimetropolização* - “entendida como a extensão dos núcleos urbanos metropolitanos em direção à área rural periférica”. (Machado, 2013, p. 52) - do município de Cachoeira de Macacu. Este até 2013 pertencia à Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, mas passou a integrar a Região Metropolitana, conforme determinação da Lei Complementar nº 158 (26/12/2013). Essa decisão decorreu não somente do fato de o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) estar localizado no município vizinho, Itaboraí, gerando impactos em Cachoeiras de Macacu, mas também de sua inserção no contínuo urbano que interliga os municípios situados no entorno do Rio de Janeiro.

A urbanização de espaços anteriormente rurais, inclusive antigas colônias agrícolas, criadas por projetos de reforma agrária, foi consolidada no Plano Diretor Municipal, o qual define a ocupação do território do município. Segundo Machado,

Áreas adjacentes aos núcleos urbanos de Papucaia e Japuiba e à RJ-116 também estão sendo reservadas para uma esperada expansão urbana, uma vez permitido o parcelamento de terrenos que ainda mantêm função agrícola. Outros efeitos diretos do avanço da metrópole se observam à medida que terras agrícolas passam a ser mais procuradas como área de

sítios de lazer, como já se esboça na expansão de loteamentos ao sul do município nos limites com Itaboraí. Segundo o Plano Diretor Municipal, artigo 111, essas áreas são reconhecidas como de transição urbana e são ocupadas por chácaras, associadas ou não a atividades agrícolas e à criação de animais, mas sendo utilizadas predominantemente para o lazer. (Machado, 2013, p. 52).

Dessa forma, a mudança do perfil populacional e a transformação das formas de ocupação do território, sob o influxo do processo de *perimetropolização*, pressionam os espaços ainda dedicados à produção agrícola e levam à redução da população rural. Em paralelo, políticas públicas que parecem ter como meta o esvaziamento das escolas do campo e sua consequente desativação ou extinção, contribuem para o desenraizamento das comunidades que vivem em torno de atividades agrícolas de base familiar. A barragem do Rio Guapiaçu é mais um problema enfrentado pela população local, que levará ao fechamento de outras escolas do campo.

Conforme informações apresentadas no “Relatório sobre a proposta de construção da Barragem no Rio Guapiaçu – Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro” (Paludo *et al.*, 2014), elaborado pelo Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros (GT Agrária - AGB), a barragem foi uma exigência da Secretaria de Estado do

Ambiente (SEA) e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) à Petrobrás para a liberação da licença ambiental com vista à construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), no município de Itaboraí. De acordo com esse relatório, foram propostas muitas ações de compensação ambiental para a redução do impacto da construção do complexo, no entanto, algumas dessas ações promoverão novos impactos socioambientais.

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), por exemplo, estabeleceu que a Petrobrás deveria financiar novas formas de captação de água para a região leste do Rio de Janeiro, especialmente para as “cidades dormitórios” vizinhas a esse grande empreendimento, que receberão e alojarão uma quantidade grande de pessoas, como trabalhadores e suas famílias. Muitas dessas pessoas, oriundas de estados distantes, exerceriam atividades remuneradas durante grande parte do dia no município de Itaboraí e no COMPERJ (CONCREMAT Engenharia, 2007).

Para o Instituto Estadual do Ambiente (INEA - RJ), a construção de uma barragem seria a ação mais apropriada para aumentar o volume de água do sistema Imunana-Laranjal, administrado pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), de modo a garantir o fornecimento diante da grande explosão

demográfica prevista para a região. Essa afirmação, no entanto, é contraditada pelo relatório do GT Agrária da AGB em que nos referenciamos, o qual, além de evidenciar os impactos socioambientais da barragem, apresenta alternativas de menor impacto para o abastecimento de água na região (Paludo *et al.*, 2014).

Um aspecto muito importante da argumentação contra a construção da barragem é o fato de que a produção na região é uma das maiores do Estado, abastecendo a região metropolitana do Rio de Janeiro com o equivalente a 1.650 toneladas de produtos agrícolas todos os meses, além de produzir “108.000 litros de leite por mês, mais de 8.000 kg de pescado por ano e cerca de 3.000 kg de carne de rã por mês”. (Paludo *et al.*, 2014, p. 41).

No que concerne às consequências socioeconômicas do projeto da barragem do rio Guapiaçu, segundo informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,

Cachoeiras de Macacu é o sexto município em extensão territorial e o quinto maior produtor agrícola do Estado. A área alagada pela barragem é uma das regiões fluminenses com mais intensa produção agrícola de base familiar. Estima-se que a barragem atingirá cerca de 2000 hectares de terra, o que corresponde a dois mil campos de futebol. Aproximadamente 330 famílias serão desalojadas, entre assentados arrendatários e proprietário – sendo 216 propriedades indenizadas. A maioria dos agricultores mora na região há várias

décadas, sendo que grande parte destes foi assentados pelo próprio Incra, em lotes do antigo projeto de colonização PIC Papucaia, criado em 1951, e do assentamento consolidado São José da Boa Morte, criado em 1982. (INCRA, 2017).

Quanto à área atingida, além dos dois mil hectares de terras produtivas que serão alagados, os entornos da barragem também serão desapropriados como medida de segurança. Essas terras serão transformadas em área de preservação

ambiental (APA) ou em área de proteção permanente (APP), o que aumenta a área afetada para cinco mil hectares de terras, aproximadamente. A desapropriação inclui os prédios públicos, como escolas rurais e postos de saúde.

Na área alagada e em seu entorno serão atingidas cinco escolas, duas das quais já foram desativadas, conforme listamos na Tabela 3:

Tabela 3 - Escolas atingidas pela barragem do Rio Guapiaçu.

Escola	Localidade	Matrículas	Motivo
E. E. M. Colônia Agrícola Knust	Serra Queimada	6 - Educação Infantil 18 - Séries Iniciais	Represa
E. E. M. Quizanga	Quizanga	16 - Séries Iniciais 10 - Educação Infantil	Represa
E. E. M. Vecchi	Vecchi	10 - Educação Infantil 22 - Séries Iniciais	Represa
E. E. M. Euclides da Cunha	Anil	Desativada	APA ou APP
E. E. M. Boa Sorte	Boa Sorte	Desativada	APA ou APP

Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

Um argumento não menos importante na discussão sobre a barragem do rio Guapiaçu é o risco que será criado por essa construção, que formará um lago com patamar máximo de 25,20 metros de altura no projeto apresentado, que prevê o represamento da água a jusante, ou seja, próximo à foz do rio (Paludo *et al.*, 2014). Esse gigantesco lago imporá à população um risco constante, o qual não deve ser subestimado, especialmente considerando-se as terríveis perdas humanas e os desastres ambientais provocados pelas

rupturas da Barragem de Fundão, em Mariana (2015) e da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (2019), ambas ligadas à mineradora Vale S./A. e localizadas no Estado de Minas Gerais. Nos dois casos, tratava-se de barragens de rejeitos de mineração, daí o severo impacto ambiental, já no caso que estamos discutindo, o imenso volume de água a ser potencialmente represado pela barragem do Guapiaçu justifica a preocupação com um eventual desastre.

Tendo em vista os impactos do projeto da barragem do rio Guapiaçu, desde o anúncio do projeto, através das reuniões dos produtores de Serra Queimada, que ocorrem geralmente em escolas, galpões, igrejas ou na sede de uma antiga fazenda da comunidade, as informações obtidas por diferentes atores sociais são compartilhadas. Muitas pessoas de outras comunidades rurais, que também serão atingidas pela construção da Barragem do rio Guapiaçu como, por exemplo, as comunidades de Quizanga, Anil e Vecchi, são também mobilizadas e participam das discussões.

Como ficam distantes uma das outras, as reuniões também permitem que as comunidades se encontrem para discutir problemas comuns, tais como os aspectos concernentes à escolarização de crianças e adolescentes camponeses no município, que discutiremos a seguir.

O (des)investimento nas escolas do campo em Cachoeiras de Macacu

Um velhíssimo armário.
Canastras tacheadas.
Um pote d'água.
Um prato de ferro.
Uma velha caneca coletiva, enferrujada.
(Coralina, 1978, p. 42).

No município de Cachoeiras de Macacu há 43 instituições públicas de ensino, sendo 09 escolas estaduais, 29 escolas municipais (uma das quais é dedicada ao ensino profissionalizante, a Escola Municipal Profissionalizante Sara Bocaiuva Bulcão), 04 creches municipais, 01 Centro de Recurso Educacional Especializado Municipal.

Das escolas do município consideradas rurais, apenas 11 permanecem em funcionamento, as quais listamos na Tabela 4:

Tabela 4 - Escolas Rurais em Funcionamento no Município de Cachoeiras de Macacu – RJ.

Escola	Localidade
E. E. M. Bertholdo Duarte Filho (antiga E. E. Raiz da Serra)	Comunidades da Serra de Bertholdo/ Patis/Japuiba.
E. E. M. Colônia Agrícola Knust	Comunidades de Serra Queimada/ Ilha Vecchi.
E. M. Vecchi	Comunidade do Vecchi/ Coco Duro/ Sebastiana/ Boa Sorte
E. E. M. Quizanga	Comunidade de Quizanga/ Anil.
E. E. M. Ernestina Ferreira Campos	Comunidades de Guapiaçu/ Santo Amaro/ Areal/ Estreito/ Boa Sorte
E. E. M. Tiradentes	Comunidades do Estreito/ Areal
E. M. Rio das Pedras	Comunidade de Agro-Brasil/ Derribada

E. E. M. Amazonas	Comunidades do Marubáí/ Gleba Ribeira
E. E. M. Professor Carlos Brandão	Comunidades de Faraó de Cima e Faraó de baixo
E. E. M. Bom Jardim	Comunidades de Bom Jardim do Faraó/ Faraó e os Hervanos
E. M. Engenheiro Elias Faraht	Comunidade de São José da Boa Morte/ Toco da Braúna/ Bonanza

Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

Com relação à distinção entre escolas rurais e escolas urbanas no município, o cenário atual é fruto do processo de mudança de ocupação do espaço. Como se tratava de um território eminentemente agrário, a maior parte das escolas, ou mesmo todas, caracterizava-se como rural. Com o processo de urbanização inicial, quando ruas foram asfaltadas e rodovias construídas, permaneceram classificadas como rurais apenas as escolas localizadas em áreas mais distantes, com acesso por “estradas de chão”.

A partir de 2011, regulamentou-se no município a gratificação de difícil acesso, por quilometragem, para as escolas “ditas rurais”. Ou seja, a remuneração adicional para os professores passou a ser calculada com base na distância da escola em relação à estrada ou à rodovia asfaltada mais próxima. Assim, docentes lotados em escolas localizadas entre 10 a 15 quilômetros de distância de uma estrada principal, vicinal ou rodovia recebem atualmente 60% de gratificação; entre 5 a 10 quilômetros, recebem 50% e aqueles que trabalham até 5 quilômetros de distância, recebem 40%. Na maioria das

escolas “de difícil acesso” não há transporte público disponível.

No entanto, essa classificação por quilometragem apresenta peculiaridades, já que algumas escolas localizadas em área rural, por estarem situadas próximas a rodovias e oferecerem transporte público, são caracterizadas como “urbanas”, como ocorre, por exemplo, nos casos da E. M. Funchal e da E. E. M. Sete de Setembro.

Apenas uma escola administrada pelo Estado do Rio de Janeiro, o Colégio Estadual São José, localizado na rodovia RJ 122 - Km 18, está situada na área rural do município (Subaio - Terceiro Distrito de Cachoeiras de Macacu) e atende aos estudantes do Ensino Fundamental - do 6º ao 9º Ano, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos. Por um acordo entre a Secretaria Municipal de Educação e o Estado, o colégio funciona como uma escola polo para a área rural. Essa escola pertence à rede estadual, mas o município oferece transporte para os alunos do campo e os professores nela lotados recebem a gratificação por difícil provimento, que equivale ao valor de quatrocentos reais e

configura uma tentativa de contenção da rotatividade de professores.

No Censo Escolar 2016 (INEP, 2017), as matrículas rurais correspondiam a cerca de um quarto das urbanas, havendo 10.380, 7.967 matrículas urbanas e apenas 2.413 rurais, das quais 1.850 na rede municipal.

Os números apresentados no Censo Escolar 2017 com relação ao município de Cachoeiras de Macacu indicam claramente a concentração de matrículas de educação básica na área urbana, que registra 12.792 matrículas nas redes estadual, municipal e privada de educação básica, incluindo ensino Regular, ensino especial e EJA. Desse total, 5.451 são matrículas na rede municipal (INEP, 2018). A zona rural registra 2.435 matrículas, pouco menos de um quinto do total de matrículas urbanas, das quais 1.926 na rede municipal de ensino. Há 2.431 matrículas nos anos iniciais no município, dentre as quais 1.091 na zona rural.

Comparando os dados dos censos realizados em 2016 e 2017, constatamos que, embora tenha havido um aumento de 2.412 matrículas na educação básica no município, na zona rural esse aumento não se reflete na mesma proporção, observando-se um acréscimo de apenas 22 matrículas no total. No tocante às matrículas rurais na rede municipal de

ensino, o aumento quantitativo foi de 76 matrículas.

A situação das escolas rurais do município de Cachoeiras de Macacu também está registrada nas informações do Censo Escolar 2017, no qual baseamos as informações apresentadas nos parágrafos seguintes, articulando-as às observações realizadas no campo da pesquisa. Os dados revelam que grande parte das escolas rurais não possui sistema de esgoto, apenas sumidouros, que recebem os efluentes produzidos pelos banheiros, pelas cozinhas e áreas de serviço. A maioria não possui coleta de lixo, sendo os resíduos sólidos queimados em uma área do terreno reservada para esse fim.

Em termos de infraestrutura, as escolas rurais não atendem a muitos requisitos obrigatórios, os quais estão disponíveis nas escolas urbanas do município, tais como: biblioteca, sala de leitura, auditório, refeitório, quadra de esportes, laboratório de informática, parque infantil, banheiros adequados para educação infantil e para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, com chuveiro.

O espaço físico das escolas rurais não atende tampouco à demanda dos professores que trabalham nas mesmas, pois não existe sala de diretoria e sala de professores, há apenas a secretaria, onde

são guardados todos os materiais, o estoque, os arquivos e os documentos.

Em relação aos equipamentos, a maioria das escolas não possui computadores, nem para uso dos alunos, nem para uso dos professores, assim como não há copiadoras ou impressoras. Não há conexão com a internet ou sinal de celular na maioria das comunidades rurais do município e nem nas escolas nelas situadas.

No tocante à educação inclusiva, houve, a partir de 2016, a oferta de mediadores, auxiliares e de intérpretes de Libras na rede municipal de Cachoeiras de Macacu. No ano de 2017, com a chegada de mais professores concursados no quadro de servidores, o número de mediadores aumentou bastante, entretanto a maioria das escolas rurais, mesmo tendo alunos com necessidades especiais, não dispõe de uma quantidade suficiente desses profissionais. Além disso, apesar da obrigatoriedade definida na legislação em vigor, algumas escolas rurais do município ainda não possuem acessibilidade para alunos com necessidades especiais.

Embora tenha sido implementado um polo de atendimento aos alunos com necessidades especiais e com dificuldades de aprendizagem na zona rural de Cachoeiras de Macacu, localizado na Escola Estadual Municipalizada Ernestina

Ferreira Campos, os alunos oriundos das comunidades de Quizanga, Anil, Serra Queimada e Vecchi não têm acesso a esse atendimento, pois não há transporte público, eles não possuem passe escolar e as famílias não têm recursos financeiros para chegar ao polo de atendimento.

O município aderiu ao *Programa Mais Educação*, que foi criado e regulamentado pelo Decreto n. 7.083/10 como uma estratégia do Ministério da Educação para introduzir a agenda de educação integral nas escolas municipais e estaduais de ensino fundamental, ampliando para no mínimo sete horas diárias a permanência dos estudantes nas escolas públicas, por meio de atividades e oficinas, tais como: aulas de reforço em português e matemática, oficinas de capoeira, esporte, lazer e recreação, oficinas de artesanato, que compõem a cultura e as artes, educação ambiental e cultura digital como aulas de informática (MEC, 2018).

O *Mais Educação* - que foi substituído em 2016 pelo Programa Novo Mais Educação - contemplou escolas rurais com mais de 50 alunos, em geral as que possuem dois turnos, porém a maioria das escolas que estão situadas dentro da área da futura barragem do Rio Guapiaçu não foram incluídas, pelo fato de o quantitativo de alunos ser pequeno.

No município, somente a partir de 2016 foi enviado um professor de educação física itinerante para atender às escolas rurais que ainda não tinham essa disciplina em seu currículo. Até então, os professores que lecionavam nas turmas multisseriadas faziam também a parte de recreação e de jogos de competição, que é tão importante para a socialização dos alunos. Assim, a disciplina era incluída nos diários, relatórios e históricos dos alunos como trabalhada paralelamente a outras disciplinas, mesmo sem a existência de um professor especializado.

Em 2017, algumas escolas rurais foram contempladas com a oferta de educação infantil, em turmas multisseriadas. Isso constituiu uma grande vitória para as comunidades atendidas, pois há anos as mães que trabalham nas lavouras reivindicavam o atendimento às crianças de 4 a 6 anos incompletos, que não tinham garantido seu direito à educação e permaneciam em casa até completarem 6 anos.

A exigência da oferta de educação infantil está na Constituição Federal desde 11 de novembro de 2009, pela emenda constitucional 59/2009, que determinou a idade mínima de 4 anos para o ingresso na educação básica, ampliando a obrigatoriedade, que anteriormente começava a partir de 6 anos.

Mesmo com esses pequenos avanços, nota-se ainda muito pouco investimento estrutural e a falta de manutenção adequada nas instalações físicas das escolas rurais, cujos prédios se degradam sem que haja ações efetivas dos gestores municipais. Esse quadro de abandono se reflete em uma certa desvalorização da escola rural por parte de famílias, que acabam aceitando a transferência de seus filhos para escolas polo, geralmente escolas urbanas melhor aparelhadas, com o uso do transporte escolar.

O processo de fechamento e extinção de escolas do campo em Cachoeiras de Macacu

A reorganização da rede escolar, por meio do fechamento de escolas, é conhecida como nucleação escolar ou, como é nomeado no município de Cachoeiras, “aglutinação de escolas”. A aglutinação ocorre quando uma escola é desativada e seus alunos são transferidos para uma unidade próxima, como no caso da Escola Municipal Euclides da Cunha, na comunidade do Anil, a qual foi aglutinada à Escola Estadual Municipalizada Quizanga.

A Escola Estadual Municipalizada Ernestina Ferreira Campos, na comunidade do Guapiaçu e a Escola Municipal Funchal, na comunidade do Funchal, são consideradas escolas núcleo, por

possuírem do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e por ficarem localizadas em pontos estratégicos da zona rural do município. Essas escolas receberam os alunos de pequenas escolas rurais que foram fechadas nas comunidades de Santo Amaro, Santa Maria, Itaperiti, Duas Barras, Areal, Boa Sorte e Sebastiana, entre outras.

Com relação ao fechamento e à extinção de escolas, a Lei no. 12.960, de 27 de março de 2014, emendou o artigo 28 da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo um parágrafo acerca dos procedimentos que devem anteceder o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, definindo o seguinte:

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de

Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

A inclusão desse parágrafo constitui um importante amparo legal no que tange à participação democrática das comunidades escolares no processo decisório, no entanto, verificamos que, no município analisado, nem sempre a população atingida pelo fechamento de uma escola participa de forma esclarecida e plena das análises indicadas na Lei.

Constatamos na consulta aos dados do Censo Escolar referentes ao município que, ao todo, 35 escolas rurais foram desativadas ou extintas nas últimas décadas, sendo 8 escolas estaduais e 27 municipais ou municipalizadas, entre 1983 e 2016.

As escolas rurais estaduais foram todas extintas ou desativadas no município. Para a desativação, concorreu o processo de municipalização, que comentaremos a seguir. As Tabelas 5 e 6 indicam as escolas estaduais rurais fora de funcionamento:

Tabela 5 - Escolas Rurais Estaduais Extintas em Cachoeiras de Macacu - RJ (1997-2005).

Escola	Localidade/comunidade	Ano de desativação
E. E. Padre Anchieta	Areia Branca, Japuiba	1997 a 2000
E. E. Quadros	Faraó, Japuiba	1997 a 2000
E. E. Duque de Caxias	RJ 116, Km 30, Taboado	2005

Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

Tabela 6 - Escolas Rurais Estaduais Desativadas em Cachoeiras de Macacu - RJ (2005).

Escola	Localidade/Comunidade	Ano de desativação
E. E. Ararama	Cavada, Japuiba	2005
E. E. Bengalas	Bengalas, Japuiba	2005

E. E. Derribada	Faz Santa Rita, Derribada, Agro-brasil	2005
E. E. Santa Marta	Posto da Pena, Boca do Mato	2005
E. E. Senador Alfredo Neves	Faz dos Ipês, Km 38 – RJ 116	2005

Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

As extinções de escolas rurais municipais ocorreram também em sequência. A resolução número 5 da Secretaria Municipal de Cachoeiras de Macacu, publicada em 13 de novembro de 2009, desativou nove escolas que tiveram suas atividades encerradas entre 2005 e 2008. A Resolução número 6, do mesmo órgão, publicada também em 13 de

novembro de 2009, extinguiu seis escolas desativadas há dez anos ou mais, entre 1983 e 1999. No ano seguinte, a resolução número 8, publicada em 12 de julho de 2010, desativou mais cinco escolas de comunidades rurais distintas, conforme apresentamos na Tabela 7:

Tabela 7 - Escolas Rurais Municipais e Municipalizadas Extintas em Cachoeiras de Macacu - RJ (1983 - 1999).

Escola	Localidade/Comunidade	Ano de desativação
E. M. Tiradentes	RJ 116, Forno Velho, Japuiba	1983
E. M. São Joaquim	RJ 116, Km 39, Valério	1989
E. M. São Miguel	São Miguel, Guapiaçu	1991
E. M. Nova Miracema	Estrada De Patis, Japuiba	1996
E. M. Rio do Mato	Rio Do Mato, Papucaia	1998
E. M. Subaio	Subaio, Boa Sorte	1999

Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

Todas as desativações publicadas no Diário Oficial do município apresentam as mesmas justificativas. A seguir destacamos justificativas comuns às resoluções citadas:

A necessidade de normas que contribuam para o compromisso do Sistema de ensino com a *educação escolar de qualidade para crianças, jovens e adultos*;

O quantitativo reduzido de crianças matriculadas nas Unidades de ensino;
O quantitativo reduzido de crianças em idade escolar que residem nas proximidades dessas Unidades de Ensino;

O oferecimento de transporte escolar, por parte desta secretaria;

A possibilidade de desmultisseriar turmas, garantindo melhor qualidade de ensino aglutinando Unidades de ensino próximas;

A garantia de que não ficará nenhuma criança, em idade escolar, fora de escola;” (Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu, Resolução nº 8/2010. *Grifos nossos*).

No entanto, observamos no trabalho de campo que existem crianças em comunidades mais isoladas que não são atendidas pelo transporte escolar, como

ocorre, por exemplo, na comunidade de Imbira, próxima à estrada do Anil. A Escola Estadual Municipalizada Euclides da Cunha, que era a mais próxima desta comunidade, foi desativada em 2010. Nessa época havia no local um pequeno quantitativo de crianças, porém atualmente o cenário não é mais o mesmo, com o aumento de natalidade na região.

Chama-nos à atenção o fato de o processo de fechamento de escolas municipais ter se acentuado a partir de 2006, ano em que ocorreu a municipalização das unidades que atendiam às séries iniciais do ensino fundamental, cuja oferta cabe aos municípios. A Tabela 8 sistematiza as desativações ocorridas após a municipalização:

Tabela 8 - Escolas Rurais Municipais e Municipalizadas Desativadas em Cachoeiras de Macacu - RJ (2005 - 2010).

Escola	Localidade/Comunidade	Ano de desativação
E. E. M. Massena	RJ 122, km 28, Funchal	2005
E. E. M. Castro Alves	Rio Do Mato, Km 19,5 - Rj 122	2006
E. E. M. Sebastiana	Sebastiana, Boa Sorte	2006
E. E. M. Santa Maria	Faz Santa Maria, Santa Maria	2007
E. E. M. Belém	Gleba Ribeira, Belém, Papucaia	2008
E. M. Machado De Assis	RJ 122, Km 26, Vecchi	2008
E. E. M. Nilo Peçanha	Gleba Colégio, Papucaia	2008
E. E. M. Nova Ribeira (antiga E. M. Jardim Primavera)	Gleba Nova Ribeira, Papucaia	2008
E. E. M. Pindorama	Duas Barras, Guapiaçu	Indefinido
E. E. M Santo Amaro	Estrada Santo Amaro, Santo Amaro	2008
J I M. Pequenininos do Guapiaçu	Estrada do Guapiaçu, Guapiaçu	Aglutinou com a E. E. M. Ernestina Ferreira Campos
E. E. M. Eng. José Carlos da Costa Martins	RJ 122, Km 17, São José da Boa Morte	2010
E. E. M. Euclides da Cunha	Estrada do Anil, Quizanga	2010
E. E. M. Faraó de Cima	Estrada do Faraó de Cima, Japuiba	2010
E. E. M. Fazenda Brasil	RJ 116, Km 45, Valério	2010
E. M. Papucainha	Estrada do Soarinho, Papucaia	2010

Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

A Tabela 9 mostra as escolas que foram desativadas entre 2013 e 2016, nela é possível observar que o processo de

desativação das escolas rurais é concreto e contínuo em Cachoeiras de Macacu.

Tabela 9 - Escolas Rurais Municipais e Municipalizadas Desativadas de 2013 a 2016.

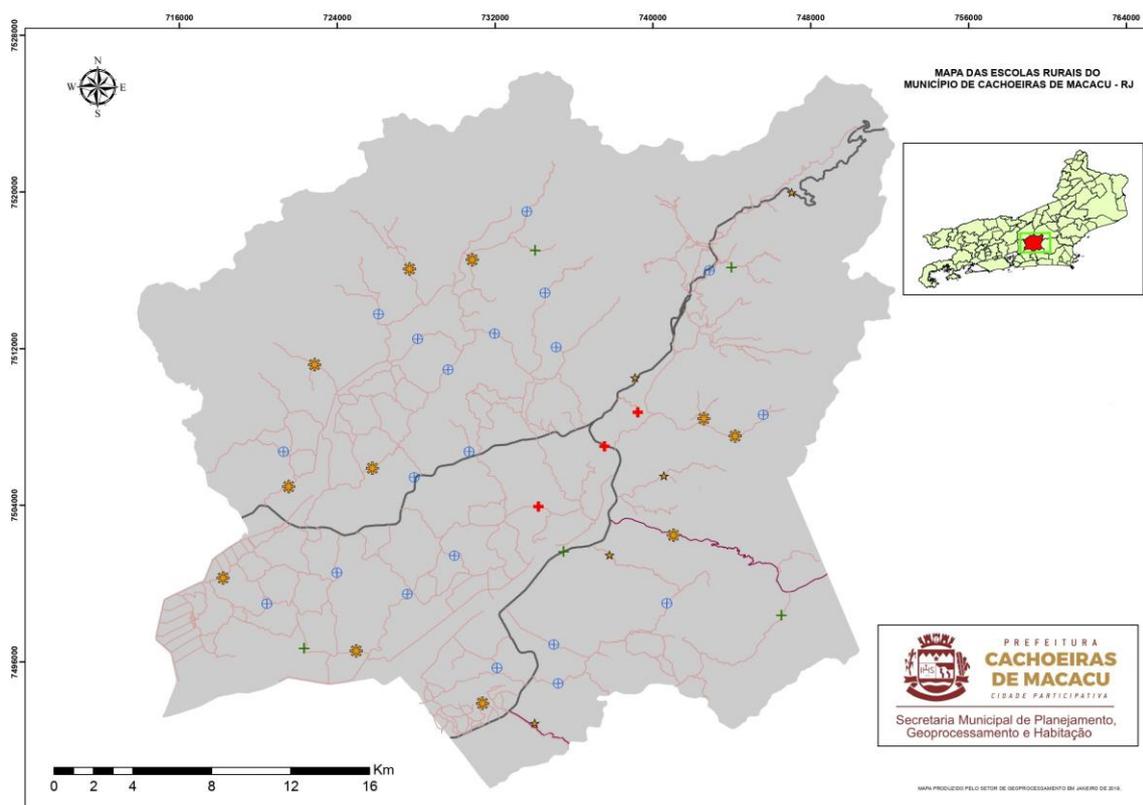
Escola	Localidade/ Comunidade	Ano
1. E. M. Faz Duas Barras	Estrada do Guapiaçu, Km 10, Itaperiti	2013
2. E. M. Roberto de Mesquita	Estrada do Ipiranga, Papucaia	2014

3.	E. M. Candido Rondon	Centro Tratorista Granada, Papucaia	2015
4.	E. M. Jose Vidal Sobrinho	Estrada do Areal, Areal	2015
5.	E. M. Boa Sorte	Estrada do Guapiaçu, Km 8 , Boa Sorte	2016

Fonte: Pesquisa dos autores (2018).

No mapa apresentado na figura 1, estão localizadas as escolas rurais municipais desativadas e extintas, as escolas estaduais rurais desativadas e extintas e as escolas rurais municipais em funcionamento.

Figura 1 - Mapa de Escolas Rurais do Município de Cachoeiras de Macacu – RJ.



Legenda	
	ESCOLAS RURAIS EM FUNCIONAMENTO
	ESCOLAS RURAIS MUNICIPAIS E MUNICIPALIZADAS DESATIVADAS
	ESCOLAS RURAIS ESTADUAIS DESATIVADAS
	ESCOLAS RURAIS ESTADUAIS EXTINTAS
	ESCOLAS RURAIS MUNICIPAIS E MUNICIPALIZADAS EXTINTAS
	VICINAIS
	RODOVIAS ESTADUAIS
	RODOVIAS ESTADUAIS PLANEJADAS
	LIMITE MUNICIPAL

Fonte: Mapa elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Geoprocessamento e Habitação do Município de Cachoeiras de Macacu a partir de dados levantados por Vanessa Lima Sanches e Silmar de Oliveira Barcelos em janeiro de 2019.

O mapa demonstra que o fechamento e a extinção de escolas rurais fizeram com que amplos territórios ficassem desprovidos de oferta escolar, prejudicando crianças e adolescentes que habitam áreas mais distantes e de mais difícil acesso.

O acesso dos estudantes às escolas pelo depende do transporte escolar, que é oferecido à comunidade como alternativa à escolarização nas proximidades de suas áreas de residência. No entanto, as rotas de transporte disponíveis no município não atendem a todas as comunidades que foram atingidas pelo fechamento de escolas.

Essa não é uma realidade exclusiva de Cachoeiras de Macacu. Segundo reportagem de Elisângela Fernandes publicada pela Revista Nova Escola (2012), cada vez mais alunos são transportados por longas distâncias devido ao fechamento de quase 41 mil escolas rurais entre 2000 e 2011 em todo país e, em alguns locais, como no Pará, são transportados de barco, percorrendo grandes distâncias. De acordo com essa reportagem, o tempo gasto para ir e voltar da escola é o mesmo que a criança passa estudando. Os pais não conhecem os professores de seus filhos e a distância também dificulta a participação ativa nas reuniões de pais e em comemorações. Geralmente, as mães desses alunos têm

outros filhos menores, que ainda não estudam, e não podem se ausentar de sua casa para fazer o acompanhamento escolar dos outros filhos, porém se a escola fosse dentro de sua comunidade, poderiam estar mais presentes (Fernandes, 2012). Além disso, o transporte em barcos coloca muitos alunos em risco e muitas vezes os obriga a faltar, por não oferecer boas condições de segurança. Esse tipo de transporte contribui para que a taxa de abandono do ensino fundamental aumente mais na zona rural do que na urbana, nessas regiões.

O transporte escolar das regiões rurais para os centros urbanos foi instituído em 1996, com recursos do governo federal, através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF (Atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB). A possibilidade de deslocamento até escolas situadas em zonas urbanas – embora não seja essa a indicação legal – fez com que os alunos se afastassem das atividades rurais e do auxílio nas atividades econômicas da família, permanecendo até a conclusão do ensino fundamental em escolas distantes.

Atualmente, há dois programas federais que apóiam o transporte escolar,

ambos custeados pelo FUNDEB e operacionalizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) destina-se especificamente ao transporte escolar rural e transfere recursos diretamente aos estados e municípios para custeio de despesas de manutenção e regularização de veículos utilizados no transporte escolar rural, podendo também ser utilizado para financiar a terceirização desse serviço. (MEC, 2017) Já o Programa Caminho da Escola, que prioriza áreas rurais e ribeirinhas, busca garantir a segurança e a qualidade do transporte escolar e, para isso, investe na renovação, na padronização e na ampliação da frota de veículos das redes escolares municipais e estaduais de educação básica pública, oferecendo ônibus, lanchas e bicicletas. O relatório técnico desse programa, disponível no site institucional, indica que 98% dos municípios brasileiros oferecem transporte aos estudantes de áreas rurais (MEC, 2017).

Porém, é importante destacar que o transporte de estudantes por longas distâncias não só não é recomendado, como também é explicitamente indicado que, quando ocorrer a nucleação, o transporte de estudantes se dê entre escolas rurais, e não em direção a centros urbanos,

conforme determina o artigo 4º. a Resolução CNE/CEB nº 2/2008, que “Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo”:

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida. Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo. (Brasil, 2012, p. 54).

O transporte escolar de alunos da zona rural de Cachoeiras de Macacu apresenta inúmeras falhas. Ele é feito por microônibus doados pelo governo federal em 2013 - alguns dos quais sem a presença de monitores - kombis ou vans terceirizadas. Esses veículos muitas vezes não apresentam a manutenção necessária para circularem nas estradas que cortam a região rural, que, em sua maioria, são “estradas de chão” ou de “terra”, sem asfaltamento. Além disso, com as chuvas constantes nas regiões de mata, as estradas ficam em condições muito ruins e chegam

a se tornar quase intransitáveis, isso também contribui para que os veículos usados no transporte escolar apresentem constantes problemas mecânicos, deixando os estudantes sem acesso à escola.

Além desses problemas, há ainda a questão das rotas de transporte escolar, que não atendem a todas as comunidades. Para solucionar o problema das rotas insuficientes, seria necessário aprimorar as licitações, já que a oferta atualmente opera por quilometragem, considerando a distância entre a escola e a residência dos alunos. O traçado das rotas é licitado no ano anterior e, por isso, acaba por excluir as comunidades em que não há quantidade suficiente de crianças para a reabertura da escola desativada, mas ainda não há transporte para escolas polo. Isso ocorre porque, segundo a Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu, para licitar o transporte e incluir os estudantes de comunidades cuja escola foi fechada, elas precisariam estar matriculadas na escola municipal mais próxima, assim o órgão teria algumas garantias para incluir as quilometragens entre suas casas e a escola na licitação do ano seguinte. Isso gera um impasse, pois a população mais carente não consegue custear a locomoção por si própria até a solução indicada pela secretaria acontecer.

Talvez a manutenção de uma escola do campo requeira maior investimento das políticas públicas, se comparada às despesas com o transporte escolar, mas o que não podemos negar é que o acesso e a permanência na escola do campo precisam ser pensados com muita responsabilidade, pois a exclusão escolar causada pelo processo de *desruralização* da rede, além de ser perverso, configura desrespeito à legislação vigente.

A exigência de um quantitativo mínimo de estudantes para a manutenção de uma escola pode até ser justificável em termos administrativos, mas desconsidera o fato de que o atendimento às peculiaridades rurais deve ser entendido, em termos pedagógicos, a partir da proximidade entre o currículo, a cultura e os saberes locais.

Entendemos que a valorização das escolas rurais pelas políticas públicas municipais, com a garantia de escolarização mais próxima e adequada às peculiaridades socioculturais locais, evitaria o desgaste físico dos estudantes, reduziria suas faltas às aulas e lhes possibilitaria melhor desempenho escolar, além de viabilizar uma participação mais efetiva das famílias no cotidiano escolar.

Considerações finais

Observamos no trabalho de campo que o fechamento de uma escola é angustiante e traumático. Algumas comunidades chegam mesmo a se extinguir quando a escola é desativada, pois moradores se mudam para comunidades em que há escolas e o comércio local - “as barracas” - perde consumidores e tende a desaparecer também.

Tudo perde o sentido sem a escola. A comunidade, com o fechamento de uma escola, perde não só referências, mas também a zona eleitoral e o ponto de vacinação das crianças, uma vez que a escola dentro das pequenas comunidades rurais acolhe em seu prédio múltiplas atividades, sendo também um importante espaço comunitário.

A comunidade que perde sua escola precisa submeter as crianças menores de idade ao transporte escolar, às vezes, precário e sem monitores responsáveis, contando apenas com o motorista. Os estudantes passam a enfrentar longas viagens de ida e volta, e, por isso, precisam acordar mais cedo e só voltam mais tarde para casa, resultando na perda parcial do convívio familiar e ao abandono da cultura rural. Esse afastamento contribui para o desenraizamento e a mudança de valores e de costumes dos alunos. Esses impactos foram constatados por Kremer (2010), em

sua pesquisa sobre o processo de nucleação escolar em Bom Retiro, Santa Catarina.

Mesmo assim, percebemos que a Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu observa de forma positiva o fechamento de escolas do campo, pois, embora apresentem pequeno quantitativo de estudantes, elas implicam em maiores gastos. Isso porque o estabelecimento de ensino precisa manter, no mínimo, três funcionários no quadro (1 dirigente, 1 servente de apoio e 1 artífice de cozinha), todos recebendo a gratificação de difícil acesso, que pode variar de 40% a 70% do salário base, dependendo da localização de cada escola, mais o auxílio transporte. A esses custos, somam-se a manutenção predial e o cuidado mínimo estrutural, por isso, escolas desativadas reduzem despesas. Assim, os argumentos para a aglutinação das escolas se baseiam na redução dos custos e na centralização administrativa e encontram apoio na fragilidade infraestrutural e pedagógica, a qual, no entanto, é produzida pelo próprio governo.

Evidencia-se no município analisado uma tendência à dominação do urbano sobre o rural, que gera o “esvaziamento do rural como espaço de referência no processo de constituição de identidades, desfocando-se a hipótese de um projeto de desenvolvimento apoiado, entre outros, na

perspectiva de uma educação escolar para o campo”. (Brasil, 2012, p. 27).

Nesse contexto, negligenciam-se as relações entre o urbano e o rural como polos de um *continuum*, cujas “especificidades se manifestam no plano das identificações e das reivindicações na vida cotidiana, desenhando uma rede de relações recíprocas que reiteram e viabilizam as particularidades dos citados polos”. (Brasil, 2012, p. 29).

Dessa forma, embora no artigo 14 do Plano Diretor do Município de Cachoeiras de Macacu afirme-se o compromisso com a garantia do atendimento escolar à população rural, a ideia de implantação de “polos regionais definidos nesta Lei, de fácil acesso e que permitam ampliar o atendimento da população residente na Zona Rural”. (Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, 2006, p. 7) tornou-se, de fato, mais uma motivação para o fechamento de escolas, verificando-se que o recurso à nucleação significou em muitos casos o deslocamento de estudantes para escolas em espaços urbanos do município, como procuramos demonstrar ao longo desse estudo.

Tendo em vista que o município apresenta ainda importante território agrícola - em torno de 13.413 hectares em pastagens e 6.039 hectares de lavouras temporárias, permanentes e forrageiras

(Machado, 2013) - entendemos que o processo que denominamos de *desruralização escolar* atinge e desenraiza progressivamente as crianças que habitam esses espaços, negando-lhes o direito a uma educação que contemple, estrutural e pedagogicamente, os seus saberes, as suas necessidades e os seus modos de vida.

O uso do transporte escolar como alternativa à manutenção da rede escolar na zona rural parece-nos configurar uma estratégia sutil e silenciosa, que desonera os municípios e fragiliza as escolas rurais, já que contribui para que as crianças e adolescentes recebam atendimento educacional nos centros urbanos. Em consequência, de um lado, esvaziam-se as escolas do campo de modo a viabilizar sua desativação e extinção e, de outro, descaracteriza-se a educação dos estudantes do meio rural, os quais passaram a vivenciar uma escolarização essencialmente urbana.

Constatamos que a *desruralização escolar* representa a emergência de uma forma de pensamento colonial, uma vez que produz a invisibilidade e a inexistência das formas de saber não legitimadas. Nesse movimento, os conhecimentos que não correspondem àqueles reconhecidos como verdadeiros - científicos, filosóficos e teológicos - são desacreditados e desperdiçados pela monocultura

hegemônica, que produz sua invisibilidade e os situa do outro lado de uma linha imaginária, excluindo-os radicalmente. Os saberes dos camponeses, entre outros, encontram-se nessa posição de exclusão radical da sociedade civil (Santos, 2007).

Assim, o processo de fechamento de escolas rurais, embora esteja relacionado à mudança do perfil populacional do município e possa ser visto numa dimensão gerencial como uma forma de “otimização” de recursos, revela numa dimensão ideológica a negação da existência dos camponeses. Essa afirmação de inexistência, inclusive, está reificada em um documento referente à região atingida pelo projeto da Barragem do Rio Guapiaçu, no município de Cachoeiras de Macacu. Trata-se do Relatório de Impactos Ambientais do COMPERJ, que traduz em palavras o que a observação empírica revela sobre o modo como as populações do campo são produzidas como inexistentes no âmbito das políticas públicas:

Uma eventual construção de uma barragem-reservatório no vale do Rio Guapiaçu é uma alternativa com grande volume de água, e, portanto, estratégica para o governo estadual, pois essa bacia hidrográfica é a única que ainda tem área preservada, *sem ocupação*. (CONCREMAT Engenharia, 2007, p. 41. Grifo nosso).

Como destacamos na citação, o relatório afirma que a área em que será erguida a barragem e seu entorno não é ocupada, no entanto, cerca de 330 famílias (INCRA, 2017), totalizando mais de mil pessoas, serão desalojadas pela construção da barragem.

Compreendemos essa afirmação da inexistência dos habitantes da região da Serra Queimada, que está registrada em um documento público, como um índice discursivo de que o fechamento de escolas rurais está relacionado à exclusão radical dos camponeses e de seus saberes.

Considerando que a Educação do Campo apresenta particularidades nas dimensões organizacional e pedagógica que devem ser contempladas nas políticas públicas do município, o qual é responsável pela oferta da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental a todas as crianças e adolescentes em idade de escolarização obrigatória, entendemos que o deslocamento de estudantes camponeses para escolas distantes do território que habitam negligencia suas identidades e saberes e constitui uma violência simbólica.

Com esse artigo, almejamos contribuir para a resistência a esse processo e afirmar a importância da manutenção das escolas rurais, com todas

as suas peculiaridades, garantindo-se o direito à educação para todas as crianças do município de Cachoeiras de Macacu e de todo o Brasil, tendo em vista o compromisso com o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável expresso nas “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Brasil, 2012).

Referências

- Alentejano, P. R. (2005). *A evolução do espaço agrário fluminense*. Niterói (RJ). Recuperado de <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/179>
- Andrade, O. (1971). *Obras completas 7*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brasil. (2012). *Educação do Campo: marcos normativos*. Brasília: MEC/SECADI. Recuperado de: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf
- CONCREMAT Engenharia. (2007). *Relatório de Impacto Ambiental - RIMA*. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Recuperado de: www.comperj.com.br/Util/pdf/rima.pdf
- Coralina, C. (1978). *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás.
- Domingues, A. (2011). *Viver entre o rio e a cidade*. Recuperado de: <http://www.projectoposter.info/alvaro-domingues/>
- Fernandes, E. (2012). Por que eles estudam tão longe? *Revista Nova Escola* nº 257. São Paulo: Abril.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. (2013). *Famílias atingidas pela barragem do Guapiacu serão reassentadas no Rio de Janeiro*. Brasília (DF): INCRA. Recuperado de: <http://www.incra.gov.br/familias-atingidas-pela-barragem-do-guapiacu-serao-reassentadas-no-rio-de-janeiro>
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. (2017). *Relatório de assentamentos - Superintendência Regional Rio de Janeiro*. Brasília (DF): INCRA. Recuperado de: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. (2017). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2016*. Brasília: INEP. Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. (2018). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2017*. Brasília: INEP. Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>
- Kremer, A. (2010). A nucleação escolar e o processo de desenraizamento nas comunidades rurais do município de Bom Retiro/SC. In *Anais do I Seminário de pesquisa em Educação do Campo*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014*. (2014, 28 de março). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do

sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Recuperado de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-12960-27-marco-2014-778312-publicacaooriginal-143651-pl.html>

Machado, F. S. (2013). *Agricultura e reestruturação espacial na interface rural-urbana: o exemplo do município de Cachoeiras de Macacu (RJ)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Ministério da Educação - MEC. (2017). *Portal do FNDE*. Brasília: MEC. Recuperado de <https://www.fnde.gov.br/#content>

Ministério da Educação - MEC. (2018). *Programa Novo Mais Educação*. Brasília: MEC. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>

Paludo, D. F., Eger, D., Cui, D., Barcelos, E. A. S., Chuva, L., Santos, L. H. R., ... & Costa, P. D. (2014). *Relatório sobre a proposta de construção da Barragem no Rio Guapiacu – Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Associação de Geógrafos do Brasil/ GT Agrária.

Pessoa, J. M. (2006). *Educação e Ruralidades: por um olhar pesquisante plural*. Goiânia: Editora da UFG.

Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu. (2006). *Lei nº 1.653*. Plano diretor do Município de Cachoeiras de Macacu. Recuperado de https://www.cachoeirasdemacacu.rj.gov.br/plano-diretor/lei_1653_parte_01.pdf e https://www.cachoeirasdemacacu.rj.gov.br/plano-diretor/lei_1653_parte_02.pdf

Santos, B. S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.

Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu. (2010). *Resolução nº 8 de 12 de julho de 2010* (2010, 17 de agosto). Diário Oficial de Cachoeiras de Macacu, Ano VII, Edição 304.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 14/09/2018
Aprovado em: 23/01/2019
Publicado em: 28/03/2019

Received on September 14th, 2018
Accepted on January 23th, 2019
Published on March 28th, 2019

Contribuições no artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final a ser publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version to be published.

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Vanessa Lima Sanches

 <http://orcid.org/0000-0002-7590-9302>

Marcia Lisbôa Costa de Oliveira

 <http://orcid.org/0000-0002-0141-4008>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Sanches, V. L., & Oliveira, M. L. C. (2019). *Desruralização escolar: um estudo sobre o fechamento de escolas do campo em um município do Estado do Rio de Janeiro*. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 4 e5906. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e5906>

ABNT

SANCHES, V. L.; OLIVEIRA, M. L. C. *Desruralização escolar: um estudo sobre o fechamento de escolas do campo em um município do Estado do Rio de Janeiro*. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 4, e5906, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e5906>